



Guiné-Bissau: A educação para a liberdade (1963-1973)

Guiné-Bissau: Education for freedom (1963-1973)

Calilo Fati

Bacharel em Humanidades,
Licenciando em Sociologia pela
Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira – Unilab/CE
E-mail: faticalilo@hotmail.com

Resumo

O presente artigo tem por objetivo compreender a educação básica criada pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC), a partir do contexto da luta armada nas chamadas Zonas Libertadas da Guiné durante o período de 1963-1973. O procedimento teórico e metodológico utilizado para a redação deste artigo se deu por meio da pesquisa bibliográfica, na qual levei em consideração várias abordagens de autores e de pesquisas que vêm debatendo a questão da educação na Guiné, fundamentando-se em autores como Freire (1978), Cá (2008; 2010), Fanda (2013), Habte e Wagaw (2010) e Fanon (1980). Concluiu-se que o projeto educativo do PAIGC nas Zonas Libertadas com ênfase na educação básica foi de suma importância para o país durante a luta armada pela independência nacional, uma vez que, com a experiência educativa da escola-piloto, o PAIGC conseguiu se contrapor à ideologia do sistema da educação colonial portuguesa e implementou o seu próprio sistema educativo durante a ocupação colonial e pós-independência nacional.

Palavras-chave: Educação Básica. Luta Armada. Zonas Libertadas. Escola-Piloto. Guiné-Bissau.

Abstract

This paper aims to understand the basic education created by the African Party for the Independence of Guinea and Cape Verde (PAIGC), from the context of the armed struggle in the so-called Liberated Zones of Guinea during the period 1963-1973. The theoretical and methodological procedure used for the writing of this article was carried out through a bibliographical research, in which I took into account several approaches of authors and research that have been debating the issue of education in Guinea, based on authors such as Freire (1978), Cá (2008; 2010), Fanda (2013), Habte & Wagaw (2010); and Fanon (1980). It was concluded that the PAIGC educational project in the Liberalized Zones with emphasis on basic education was of great importance for the country during the armed struggle for national independence, since, with the educational experience of the pilot school, PAIGC was able to counter ideology of the Portuguese colonial education system and implemented its own educational system during colonial and post-national independence.

Key-words: Basic Education. Armed struggle. Liberated Zones. Pilot School.

Introdução

O presente trabalho tem como proposta compreender a noção de educação básica construída pelo Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC) no período pré-independência e como tal projeto buscava se apresentar como um contraponto à escolarização colonial portuguesa. A República da Guiné-Bissau fica situada na costa ocidental da África, possui uma superfície de 36.125 km², ao norte faz fronteira com a República do Senegal, a leste e ao sul com a República da Guiné Conakry. A então “Guiné Portuguesa”, segundo Teixeira (2015, p. 142), é o nome dado à atual Guiné-Bissau pelo colonialismo português antes da sua independência. Guiné viveu durante cinco séculos sob a ocupação colonial portuguesa e fez onze anos de luta armada pela libertação nacional de 1963 a 1973. No dia 24 de setembro de 1973 o PAIGC proclamou de forma unilateral a independência deste país.

Segundo os dados do último recenseamento populacional realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) no ano de 2009, a Guiné-Bissau conta com 1.520.830 habitantes. Administrativamente o território guineense é composto por oito regiões: Bafatá, Gabú, Oio, Cacheu, Tombali, Quinara, Biombo e Bolama Bijagós (zona insular) e setor autônomo de Bissau, capital do país, e trinta e seis setores. É um Estado democrático, laico, heterogêneo constituído por diversidades culturais, étnicas e religiosas. Tem como língua oficial o português e a língua nacional o crioulo, dentre outras línguas étnicas.

De acordo com Lourenço Ocuni Cá (2008), o PAIGC desempenhou papel importante nas zonas libertadas da Guiné, principalmente no setor da educação. Esse partido trabalhava desde 1963 (período de início da luta armada) até 1973 (fim da luta armada) com intuito de criar escolas nessas zonas para minimizar o problema da educação escolar na Guiné. Nesse sentido, para problematizar a questão da educação em Guiné-Bissau e a compreensão sobre a mesma, este artigo delimitou-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, pela qual dialogam diferentes abordagens teóricas e de pesquisas que vêm tratando da questão da educação na Guiné-Bissau, fundamentando-se principalmente em autores como Furtado (2005), Freire (1978), Cá (2008; 2010), Fanda (2013), Habte e Wagaw (2010) e Fanon (1980).

A escolha desta pesquisa se deu a partir do meu interesse de estudo em compreender o percurso histórico do sistema educativo guineense frente tanto às transformações como à permanência das desigualdades. Assim sendo, optei por fazer este trabalho a partir do contexto da luta de libertação nacional da atual Guiné-Bissau. Essa pesquisa tem o intuito de contribuir na compreensão do sistema educativo da Guiné-Bissau em diferentes momentos da sua construção. A

relevância desse trabalho está relacionada ao papel que o PAIGC desempenhou enquanto formação política que organizou a luta durante uma década lutando contra a ocupação colonial portuguesa que culminou com a conquista da independência em 1973. De 1973 em diante o PAIGC assumiu diversas vezes o governo do país, no entanto não assegurou o desenvolvimento esperado em diversos setores, como da educação, tendo em conta o antagonismo político no seio do partido. Dessa forma, considerando o papel da educação para a libertação ou o desenvolvimento de um povo, questiona-se: que papel a educação nas zonas libertadas cumpriu para a independência da Guiné-Bissau?

Em termos de estrutura, além da introdução, o presente artigo está dividido em três partes. A seção intitulada PAIGC e a educação básica como instrumento de resistência ao colonialismo português, trata de entender a educação como um mecanismo de resistência contra a ocupação colonial portuguesa. Na seção seguinte, com a temática da educação básica nas zonas libertadas pelo PAIGC, procura-se analisar os motivos e objetivos da criação da Escola-Piloto. Nas considerações finais trago a minha compreensão acerca do que foi debatido ao longo do texto como um todo, pontuando que o projeto político da educação básica implementada pelo partido supracitado contribuiu de forma significativa no que tange à liberdade apesar de no período pós-colonial ainda persistirem as dificuldades neste setor.

1. PAIGC e a educação básica como instrumento de resistência ao colonialismo português

O projeto educativo criado pelo partido PAIGC nas Zonas Libertadas visava à expansão da educação básica como forma de dar a instrução escolar de base para as crianças e os jovens. De acordo com Fanda (2013), o já citado projeto teve início nas regiões libertadas através do Primeiro Congresso do PAIGC, realizado em Cassacá, Sul da Guiné-Bissau, de 13 a 17 de fevereiro de 1964. Nesse Congresso, foram debatidos vários assuntos, mas “[...] a educação tornava-se prioridade para o PAIGC, sobretudo o ensino básico” (FANDA, 2013, p. 53).

As regiões libertadas, de acordo com Furtado (2005, p. 314), estavam fora do “domínio político administrativo português”, eram algumas regiões e aldeias no território guineense controladas pelo PAIGC. Ainda segundo esse autor, a nova organização do sistema educativo guineense ganhou espaço a partir de 1965/1966, a fim de organizar e sensibilizar a população para combater o colonialismo português. Por isso, autores como Davidson (1975), Cabral (1976) e Villen (2013), ressaltaram que, antes do início da luta armada em 23 de janeiro de 1963, foi fundado na clandestinidade o Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC) em setembro de 1956, visando à unidade e luta entre os dois países contra a invasão colonial portuguesa.

O PAIGC interessava-se em construir um novo sistema educativo que não se limitava ao processo da luta pela independência, mas também considerando o pós-independência. Portanto, o partido criou e desenvolveu o modelo da educação inclusiva e não de exclusão, como tinha ocorrido na educação escolar do período colonial português. Com base na observação de Freire (1978, p. 20),

A escola colonial [...] [era] antidemocrática nos seus objetivos, no seu conteúdo, nos seus métodos, divorciada da realidade do país, era [...] uma escola de poucos, para poucos e contra as grandes maiorias. Seleccionava até mesmo a pequena minoria dos que a ela tinha acesso, expulsando grande parte deles após os primeiros encontros com ela e, continuando a sua filtragem seletiva [...].

Mediante a citação acima descrita e segundo Semedo (2006), nota-se que apenas um número muito reduzido da população guineense tinha acesso à educação colonial, isto é, eram pessoas que colaboravam com o regime. Mas vale ressaltar a importância do projeto educativo criado pelo PAIGC nas regiões libertadas, que contrariava a ideologia e a alienação do ensino colonial português.

Entretanto, já nas palavras de Cá (2008, p. 93), o PAIGC pretendia ter escola “[...] mais aberta e mais dinâmica em relação ao mundo exterior e cujo objetivo principal não era mais produzir uma situação [...] de estagnação e sim apoiar e favorecer o processo geral da Luta em que se inseria”. Sendo assim, compreende-se que a educação escolar nesse período na Guiné encontrava-se em processo de construção.

Mas isso não significa que não existia a educação escolar. Embora, de acordo com este autor, o que existia talvez foi de caráter não “formal” em termos de infraestrutura escolar, devido à intensificação da luta armada. O contexto impossibilitava o tempo para a construção da infraestrutura mais adequada para ministrar as aulas. É por isso que as aulas eram dadas nas barracas, ou seja, nos lugares improvisados, exceto na Escola-Piloto que estava fora do palco de conflito armado. À luz dessa exposição geral, compreende-se que a educação escolar do PAIGC nas Zona Libertadas de modo geral produzia o conhecimento. Era uma educação para libertação e emancipação. Por isso, no Congresso do PAIGC realizado em Cassacá, sul da Guiné-Bissau, a questão da educação tornou-se prioridade para o partido como elemento primordial para levar à frente a unidade e luta e a reconstrução nacional da Guiné (FANDA, 2013).

De acordo com Amílcar Cabral (1976), o projeto educativo do partido PAIGC visava se contrapor ao sistema educativo implementado no país pelo colonialismo português, que na época dava acesso à escola somente aos ditos ‘assimilados’. Nesse sentido, conforme Cá (2015), os assimilados segundo a concepção portuguesa daquela época seriam pessoas que de certa forma, possuem no mínimo um nível básico das condições materiais (objetos) e têm pelo menos quarta classe (ano ou série). Porém, mediante essa situação o PAIGC

[...] pensava numa transformação total do antigo sistema educativo colonial para um novo sistema educacional. Um sistema que pudesse promover a educação de todos e que ensinasse à população a sua tradição, os valores culturais (usos e costumes), que não fosse o ensinamento mecânico e sim uma educação pensada para formação de um *'novo homem'* (FANDA, 2013, p. 49, grifos do autor).

Com efeito, compreende-se que o Homem novo é aquele homem ou aquela mulher que está ciente da sua realidade e que pensa na sua transformação ao nível social, cultural, político e econômico. Portanto, nota-se que o PAIGC concebia a educação escolar como elemento crucial para a transformação da realidade social, política e econômica da Guiné. Nesse contexto, o sistema da educação escolar, herdado do regime colonial português, nas palavras de Freire (1978, p. 87), “[...] deve ser radicalmente transformado e não simplesmente reformado”.

Nessa perspectiva, e de acordo com Cá (2000, p. 11) o partido PAIGC “deu florescimento a uma nova realidade educativa”, colocando na teoria e na prática todas as suas sinergias para expansão da educação nas zonas libertadas da Guiné como forma de dar acesso à instrução escolar de base para as crianças e os jovens, a fim destes poderem ter o conhecimento e a compreensão do mundo e da realidade em que viviam. Além disso, desenvolver nas novas gerações capacidades intelectuais, reflexivas e críticas para contribuírem com o desenvolvimento da Guiné após a independência nacional.

Por isso,

O sistema educativo implementado pelo PAIGC nas zonas libertadas procurava retomar o que havia de relevante na experiência da sociedade tradicional guineense. A informalidade educativa e sua espontaneidade tradicional eram revalorizadas, assim como o recurso à experiência dos anciãos. Considerando a grande dificuldade com que se deparava face aos recursos materiais, tentava-se, à medida do possível, associar a aprendizagem à produção ligada às tarefas das comunidades. [...] o estudo estava ligado ao trabalho produtivo e os alunos participavam na gestão da escola e de sua preservação material. A educação contribuía grandemente para a emergência de uma cultura verdadeiramente nacional que extraia as suas raízes dos aspectos positivos das diferentes culturas tradicionais, mas que era possível incorporar, adaptando-as dentro das necessidades do país, às aquisições da cultura científico-universal (CÁ, 2008, p. 93-94).

Foi nessa linha de análise que:

[...] a educação básica, é, de fato, importante, pois sedimenta qualquer outro tipo ou nível de educação ou formação profissional que o sistema oferece, principalmente a partir desse limiar, que é a conclusão da educação básica para todos os cidadãos. (CÁ, 2010, p. 44).

Considerando o papel da educação para a libertação ou o desenvolvimento de um povo, pode-se questionar: que papel a educação nas zonas libertadas cumpriu para a independência da Guiné-Bissau? Para responder a esta pergunta, de forma objetiva, é certo dizer que o sistema educativo do PAIGC, nas zonas libertadas, teve papel imprescindível na conquista da independência

da Guiné e de Cabo Verde, pois era um sistema de educação que se pautava na e para a “descolonização das mentes” e a “reafricanização das mentalidades” conforme dizia Cabral (1976 *apud* FREIRE, 1978, p. 20). Ainda, este autor ressaltou que o sucesso da luta armada era para gerações vindouras, por isso, a luta para libertação mental era e é extremamente importante durante e pós-independência.

Portanto, além da libertação do território, a descolonização das mentalidades face ao sistema colonial português também figurava como uma das preocupações do partido. Apesar das dificuldades em termos de professores e de infraestrutura o PAIGC lutava para desconstruir a mentalidade colonial através do seu projeto educativo que tinha como principal objetivo se contrapor às estratégias e ideologias do colonialismo no plano micro e macro das relações sociais.

De acordo com Habte e Wagaw (2010), tendo a educação como instrumento que pode ser utilizado para a mudança social no sentido do progresso, o PAIGC procurou instituir um modelo educativo que permitiria `as pessoas terem autonomia reflexiva e crítica diante dos fenômenos, como forma de poder contribuir para o bem-estar social do país no período pós-independência. A concepção de educação é tida como “[...] a mais eficaz arma para se construir uma nação e favorecer a mudança social, com vistas a descolonizar os espíritos e assegurar o desenvolvimento econômico”, sociopolítico e cultural (HABTE; WAGAW, 2010, p. 821).

Nesse sentido, é importante realçar a ideia da resistência cultural que, na visão de Cabral (1976) é acima de tudo ‘um fato cultural e um fator de cultura’. Por isso, é necessário criar um modelo de educação cultural dinâmico e não uma educação cultural mecânica que ele denominava de ‘fraquezas de cultura’. Ainda, na perspectiva de Cabral (1976) os professores eram a vanguarda da luta de libertação nacional contra o jugo colonial português.

Frantz Fanon (1980) na sua obra intitulada *Em Defesa da Revolução Africana* ressaltou que o sistema colonial por mais poderoso que seja não consegue eliminar a cultura dos colonos. Ademais, “a libertação é a condenação à morte do sistema colonial, [...]” (FANON, 1980, p. 127). O valor da cultura para estes autores é de grande importância no sistema educativo.

Segundo a ordem do PAIGC, os professores, além de ensinarem a ler e escrever ensinavam a política, a formação militante com intuito de compreensão da luta em que se inseriam.

Ensinava-se lhes [as crianças e os jovens] a ler, escrever e a contar, sem se preocupar, naquele momento, com questões de ordem pedagógica, pois os professores não possuíam uma formação abrangente nessa área do ensino – aprendizagem. No entanto, foram implementadas algumas alternativas: estes professores davam cursos de formação militante, noções de política que abriam horizontes de reflexão sobre as razões da luta do país, da África e do mundo. (ANDRADE, 1981 *apud* LARANJEIRO, 2014, p. 19).

Tendo a educação como instrumento de mudança social o PAIGC está ciente da importância dela como processo de conscientização e como instrumento para a liberdade do momento presente e assegurando a formação crítica das novas gerações. Feitas essas considerações, a seguir tratar-se-á sobre a educação básica nas zonas libertadas da Guiné pelo PAIGC, focalizando na análise da Escola-Piloto, que, segundo Tavares (2009), é uma escola criada através da relação de amizade entre o PAIGC e o governo da República da Guiné Conakry.

1 A educação básica nas zonas libertadas pelo PAIGC: uma análise da Escola-Piloto

A Escola-Piloto foi uma experiência educativa protagonizada pelo expoente da luta de libertação da África Lusófona, especialmente da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, a saber, Amílcar Cabral, que teve apoio de demais camaradas da direção do partido PAIGC e a população como um todo. Considera-se a citada escola como o ponto de partida da sistematização e institucionalização da educação escolar na Guiné-Bissau. E, nessa ordem de ideias, ver-se-ão em seguida os motivos e os objetivos da sua criação.

Segundo Tavares (2009) e Cá (2008) a Escola-Piloto foi criada em 23 de janeiro de 1965 e inaugurada no mesmo ano, em Retoma, República da Guiné Conakry, país vizinho da República da Guiné-Bissau. Aquele país francófono, através dos laços de amizade que manteve com o PAIGC, concedeu uma zona com alguns edifícios a esse partido para instrução das crianças e formação de alguns militantes do partido, tendo em conta a intensificação da luta armada no território nacional da Guiné-Bissau. A referida escola era reservada para os filhos dos combatentes e demais crianças guineenses.

1.1 Objetivos da Escola-Piloto

A implementação da Escola-Piloto, de acordo com Tavares (2009), tem como proposta preparar jovens como futuros quadros, para assumir o destino do país após a independência. Por isso, essa escola “tinha a ambição de criar um homem novo e uma mulher nova para melhor servirem o povo da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, sob direção do PAIGC” (TAVARES, 2009, p. 17). Ainda segundo este autor, o principal objetivo da criação da Escola-Piloto era:

Combater o analfabetismo que era bastante elevado em Cabo Verde, [o qual era de] 85% e principalmente na Guiné-Bissau [...], que atingia 99%. A escola foi organizada também com o objetivo de acolher os filhos de combatentes e crianças órfãs de guerra a fim de os proteger e os educar fazendo delas homens responsáveis (TAVARES, 2009, p. 18).

Compreende-se que o PAIGC desde os primeiros momentos da luta sempre se preocupava com a instrução das crianças e dos jovens assim como a formação dos quadros para que no período pós-luta estes pudessem contribuir para a (re)construção e desenvolvimento da Guiné-Bissau e de Cabo Verde. Por isso, Cabral (1976) enfatizou a importância e qualidade da escola piloto:

[...] que é um dos elementos essenciais do nosso ensino, que está a abrir caminho para preparar quadros, para servirem amanhã o futuro da nossa luta, quadros que podem ser tanto militantes como políticos, tanto eletricitistas como operários de qualquer ramo, como doutores ou engenheiros ou enfermeiros ou radistas ou outra especialidade qualquer (que ninguém pensa que ir para a Escola-Piloto quer dizer que vai ser só doutor ou engenheiro, porque engana-se). A Escola-Piloto tem que ser cada dia mais exigente em relação aos alunos que recebe (CABRAL, 1976, p. 187).

Portanto, compreende-se que o acesso e a permanência na Escola-Piloto também dependem do esforço e desempenho dos/as aluno/as. Naquela altura Cabral tinha também como preocupação a formação contínua dos professores sendo esse um dos elementos importantes para levar em frente o processo do ensino e da aprendizagem, por isso, foi criado o centro de formação na Escola-Piloto para os docentes como forma de produção dos materiais escolares (TAVARES, 2009).

Por isso, surge a

[...] necessidade de criar um sistema de ensino em que se formulasse uma nova mentalidade purgada de todos os vestígios do colonialismo. Assim, foi instituído um sistema de ensino que permitisse que os educandos se apropriassem de sua história, de sua cultura e de sua língua; sistema de ensino no qual fosse imprescindível reformular os programas de geografia, de língua portuguesa, mudando todos os textos de leitura que estavam visceralmente impregnados da ideologia colonialista (CÁ, 2008, p. 101- 102).

Porém, segundo Furtado (2005), o projeto educativo criado pelo PAIGC nas regiões libertadas tornou-se cada vez mais dinâmico a partir dos anos 1965/1966. Após o Congresso desse partido, ainda na fase embrionária de desenvolvimento do setor do ensino, em termos estruturais e diretivos, para expansão da rede escolar Cabral (*apud* DAVIDSON, 1975, p. 153) afirmava que o foco da educação nas zonas libertadas era:

[...] criar escolas e difundir a educação em todas as regiões libertadas. Escolham jovens entre 14 e 20 anos, de entre os que completaram pelo menos a 4ª classe [série], para os mandar prosseguir a sua educação. Oponham-se, sem violência, a todos os costumes preconceituosos, a todos os aspectos negativos das crenças e tradições do nosso povo. Obriguem todos os membros responsáveis e dedicados do nosso partido a trabalhar diariamente no aperfeiçoamento da sua formação cultural.

Compreende-se que as palavras proferidas por Cabral são exortadoras, segundo as quais todos os militantes do partido devem se educar e educar também outros como forma de erradicar o analfabetismo e a ignorância. Assim sendo, “aprendamos da vida, aprendamos dos outros,

aprendamos dos livros, aprendamos da experiência dos outros. Nunca paremos de aprender” (CABRAL, *apud* DAVIDSON, 1975, p. 155).

Conforme Furtado (2005), o apelo de Cabral era no sentido de que a educação é um processo contínuo, que se faz durante toda a vida, portanto, todos devem aprender uns com os outros. Diante disso, Cabral estava bastante preocupado no que concerne à questão do ensino durante e pós-independência, mas mesmo assim, este líder revolucionário salientava que:

[...] aumentar as nossas escolas não chega para melhorar o nosso ensino, às vezes até pode prejudicar, porque se aumentarmos muito as escolas, depois não temos material suficiente para dar aos alunos, não temos bons professores para fazer os alunos aprender de facto. É melhor ter um certo número de escolas, mesmo poucas, garantindo um bom ensino aos nossos alunos, em todos os níveis que fôr preciso. E, a pouco e pouco então, à medida que o partido vai tendo meios, podemos aumentar o número de escolas, sobretudo meios humanos, quer dizer, professores bons. Porque ter professores para não ensinarem nada, só para passar tempo, isso não vale a pena. Temos que fazer as nossas escolas cumprirem o dever que o partido lhes deu – ensino, mas também trabalho. Trabalho para manter a escola como deve ser, trabalho de produzir na agricultura para manter o alimento dos alunos e dos nossos combatentes, [...] (CABRAL, 1976, p. 186).

Conforme a citação acima, não é somente ter maior número de rede escolar, mas o importante é a qualidade no que se refere à infraestrutura escolar, materiais e, principalmente, recursos humanos qualificados que possam contribuir de forma significativa no processo de ensino e aprendizagem das crianças e dos jovens.

De acordo com Furtado (2005) e Tavares (2009), a Escola-Piloto desempenhou papel imprescindível na estruturação e sistematização do sistema educativo a partir do contexto da luta pela independência nacional. É a partir deste momento que a educação começa a ganhar estrutura e diretrizes em termos formais e institucionais. Na escola acima descrita, o nível escolar era de 1^a a 5^a classe (ano ou série). O projeto educativo do PAIGC, em termos de programas e conteúdos nessa escola, não se resumia apenas ao âmbito nacional da Guiné e de Cabo Verde ou do continente africano, apesar de este ser o seu principal foco, levava em consideração o contexto internacional (FURTADO, 2005).

É importante ressaltar neste artigo o apoio dado pelos países amigos da Guiné no que diz respeito à melhoria de condições da educação nas zonas libertadas, principalmente na Escola-Piloto, como, por exemplo, o caso da Guiné Conakry, que concedeu à Guiné-Bissau o espaço para instrução das crianças (CÁ, 2008).

Além da república vizinha Guiné Conakry, “O PAIGC contava também com o apoio do antigo Bloco Soviético, tanto na formação de quadros do partido quanto no fornecimento de material bélico para a luta armada, cuja estratégia fundamental foi a guerrilha” (TEIXEIRA, 2015, p.

182). Esse, entre outros países, prestou apoio significativo à população e ao povo da Guiné-Bissau sobretudo na formação dos recursos humanos durante quase todo o processo da luta pela conquista e emancipação da independência política. A independência foi conquistada no dia 24 de setembro de 1973 pelo PAIGC, data a partir do qual o país passou a ser chamado oficialmente República da Guiné-Bissau.

Considerações finais

Levando em consideração as circunstâncias da luta pela independência nacional, o projeto educativo do PAIGC foi de suma importância para o país no que diz respeito à desconstrução da ideologia colonial. Esse partido, mesmo com escassos meios, mostrou-se empenhado no que tange à alfabetização/escolarização das crianças e da população em geral.

No período pós-colonial, em termos das políticas públicas que visavam ao desenvolvimento do país, tendo em conta as demandas da democratização do acesso ao ensino, pontua-se que esse setor sempre esteve no centro dos debates das políticas públicas para o desenvolvimento sociopolítico, cultural, econômico, ou seja, do desenvolvimento da nação. No que se refere às políticas públicas, o Estado guineense e os sucessivos governos do PAIGC e outros têm definido como prioridade de governação a ser trabalhado o setor do ensino (CÁ, 2008; 2010).

Mas é de se salientar que os conflitos políticos internos que têm assolado o país nos últimos tempos constituem-se obstáculos na efetivação das políticas públicas voltadas ao sistema educativo do país. Apesar do PAIGC e de outras formações políticas terem assumido a administração (governação) do país, não se conseguiu suprir as necessidades básicas deste setor face ao aumento quantitativo do acesso à educação escolar, o que torna necessária a permanência da conscientização e da luta por uma educação democrática e de qualidade.

Referências bibliográficas

CABRAL, Amílcar. *A arma da teoria: unidade e luta*. Seara Nova, vol. I. 1976.

CÁ, Lourenço Ocuni. *A constituição da política do currículo na Guiné-Bissau e o mundo globalizado*. Cuiabá: EdUFMT/CAPEL, 2008.

_____. *Estado: políticas públicas e gestão educacional*. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

DAVIDSON, Basil. *A libertação da Guiné: aspectos de uma revolução africana*. NôPintcha, 1975.

FREIRE, Paulo. *Cartas a Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

TAVARES, Lopes, Ivo Adilson. *A escola piloto do tempo da luta da libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde e filosofia educativa de Amílcar Cabral*. 73 f. (Monografia) – Universidade Jean Piaget de Cabo Verde: Cidade da Praia, Santiago, 2009.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. *Cabo Verde e Guiné-Bissau: as relações entre a sociedade civil e o estado*. Recife: ed. do Autor, 2015.

VILLEN, Patrícia. *A crítica de Amílcar Cabral ao colonialismo: entre a harmonia e a contradição*. 1 ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FANDA, Juvinal Manuel. *O processo de expansão da escolarização básica em Guiné-Bissau (1990-2010)*. 124 f. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Campo Grande – MS, 2013.

HABTE, Aklilu e WAGAW, Teshome. Educação e Mudança Social. In: *A História Geral da África*, Vol. VIII. Cap. 22: África desde 1935 / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília: UNESCO, 2010.

FANON, Frantz. *Em Defesa da Revolução Africana*. Portugal: Sá da Costa Editora, 1980.

FURTADO, Alexandre Brito Ribeiro. **Administração e gestão da educação na Guiné-Bissau: incoerências e discontinuidades**. 2005. 719 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Aveiro, 2005.

CÀ, Lourenço Ocuni. A educação durante a colonização portuguesa na Guiné-Bissau (1471-1973). *Revista Online Professor Joel Martins*, Campinas, SP, V. 2, n. 1, out, 2000.

_____ e CÀ, Cristina Mandu Ocuni. Políticas Públicas em Educação na Guiné-Bissau: um apanhado histórico. *EDT – Educação Temática Digital*, Campinas, SP, V. 17, n. 1, p. 88 – 106, jan./abr. 2015.

LARANJEIRO, Catarina. *Amílcar Cabral: o que foi e o que dele faremos*. Trabalho final do Seminário Conhecimentos, Sustentabilidade e Justiça Cognitiva. Disponível em: <http://alice.ces.uc.pt/en/wp-content/uploads/2014/03/Mestres_do_Mundo_Amilcar_Cabral2.pdf>. Acesso em: 21 de set. 2015.

SEMEDO, Costa Odete Maria. *Educação como Direito*. Artigo. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/redes/guinebissau/semedo_educacao_como_direito.pdf>. Acesso em: 06 de fev. 2015.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DO PLANO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL: Instituto Nacional de Estatística. *Recenseamento geral da população e habitação (2009)*. Disponível em: <<http://countryoffice.unfpa.org/guinea-bissau/drive/NUPCIALIDADERGPH2009.pdf>>. Acesso em: 03 de fev. 2017.

Recebido em: 13 de outubro de 2017

Aceito em: 10 de março de 2018